

COIMBRA E A SUA REGIÃO NO TEMPO DE D. SESNANDO

Jorge de Alarcão

Professor Catedrático Aposentado da FLUC - CEAACP

jorge.alarcao@gmail.com

ABSTRACT

In 1064, Ferdinand the Great conquered Coimbra from the Muslims. The authority over the town was trusted to Sesnandus. Born in a Christian family of Coimbra or its area, the count had been educated in the Muslim court of Seville. In the time of Sesnandus, the Christian rule was not extended farther than the line of Penela and Soure, where castles were built. The relations seem to have been peaceful between Sesnandus and the emir of Badajoz, who controlled Lisbon and Santarém. An essay is made here to imagine the urban space of Coimbra and to map the villages that existed around the town.

Keywords: Coimbra in the 11th century; Sesnandus; mozarabism.

RESUMO

Após a conquista de Coimbra aos Muçulmanos, em 1064, o rei de Leão e Castela, Fernando Magno, entregou o governo da cidade a D. Sesnando, um cristão de família local ou regional, que havia sido educado em Sevilha. Mais tarde, D. Sesnando recebeu o governo de uma vasta área que ia, a norte, até ao rio Douro. A sul, o território cristão não ultrapassou a linha de Penela e Soure, onde D. Sesnando construiu castelos. Parece ter-se estabelecido pacífico entendimento entre o cônsul e o emir de Badajoz, que dominava Lisboa e Santarém. Tenta-se uma reconstituição sumária do espaço urbano e suburbano de Coimbra e apresenta-se um mapa do povoamento da área mais vizinha de Coimbra

Palavras chave: Coimbra no séc. XI; Sesnando; moçarabismo.

A cidade de Coimbra foi tomada em 878 aos Muçulmanos por Afonso III, rei das Astúrias. Reconquistada em 987 pelo famoso Almançor, viveu mais 77 anos (isto é, o espaço de três gerações) sob domínio do Islão: primeiro, integrada no califado omíada de Córdova; depois, no período de taifas em que o mundo muçulmano peninsular se decompôs, sujeita aos Aftássidas de Badajoz.

Foi neste período de taifas que Fernando Magno, rei de Leão e Castela, reconquistou definitivamente a cidade, em 9 de Julho de 1064 (COELHO 2013: pp. 11-12).

Os anais portugalenses são muito lacónicos na referência a esta reconquista. As crónicas leonesas também não contêm informação relevante e repetem a história da mítica intervenção de S. Tiago, a quem o rei teria suplicado que o ajudasse. O Apóstolo teria aparecido a um romeiro, em Santiago de Compostela, anunciando-lhe que Coimbra seria tomada em tal dia e a tal hora — o que se teria cumprido exactamente como predito.

Uma notícia mais pormenorizada encontra-se no cronista árabe Ibn Idāri:

O maldito Fernando [Magno] cercou-a e acabou por conquistá-la. Foi isto porque o seu caide — nesse tempo era um dos fâmulos de Ibn al-Aftas [o emir de Badajoz], chamado Rando — falou secretamente com [o rei] Fernando para que este lhe concedesse sua indulgência, bem como à sua família, e se lhe entregaria abandonando a cidade de noite. O maldito [rei Fernando] garantiu-lhe o seu perdão e o malvado [Rando] passou-se secretamente para o exército dos cristãos.

Ao amanhecer, os da cidade já se haviam preparado para a peleja quando os cristãos lhes disseram: “Para quê combater-nos se o vosso emir está connosco?” Os da cidade ainda não tinham conhecimento disso; mas quando, procurando [Rando], não [o] encontraram, reconheceram que era mesmo verdade. Pediram a paz ao rei, mas este não a concedeu. Tinham-se esgotado as provisões, e o inimigo de Deus [o rei Fernando Magno] sabia disso. Assim, continuou o combate até entrar na cidade. Foram mortos os homens e feitas cativas as mulheres e as crianças. Foi isto no ano 456 [da Hégira, entre 25 de Dezembro de 1063 e 12 de Dezembro de 1064]. Rando, fâmulos de Ibn al-Aftas, dirigiu-se a este seu senhor, que o condenou pela sua acção tão censurável e mandou degolá-lo (Ibn MÁILLO SALGADO 1993: pp. 198-199).

O relato de Ibn Idāri deixa-nos, porém, alguma dúvida sobre a traição de Rando. Se este se passou para o lado de Fernando Magno, que outra coisa poderia esperar se não o castigo? Somente no caso de Rando ter lutado até ao fim seria compreensível que tivesse procurado Ibn al-Aftas com esperança de ser perdoado.

O nome Rando não é de origem árabe ou berbere, mas germânica. Há outros Randos em documentos dos séculos X e XI (PIEL e KREMER 1976: p. 222). Um pouco a norte de Coimbra, na área de Souselas, havia em 968 um outeiro chamado do Rando (DC 96). Ora os nomes pessoais germânicos eram usados por cristãos. Será que Rando, o governador da Coimbra muçulmana, era um cristão? Não nos parece impossível nem improvável. Quando o conde Mendo Luz tomou Montemor aos Muçulmanos (em 1017), o alcaide ou governador da vila era Froila Gonçalves, filho do Gonçalo Moniz que havia sido conde de Coimbra desde c. 928 até c. 980 (ALARCÃO 2019a: pp. 76-77). Froila Gonçalves era cristão, com boas relações com os cristãos da região, pois, em 1006, doou terras ao mosteiro da Vacariça (Mealhada) *pro remedio anime mee et parentum meorum* (DC 196). Governava, todavia, uma vila muçulmana.

Coimbra, Montemor e outras terras, embora na posse dos Muçulmanos, poderiam eventualmente ser, no séc. XI, governadas por cristãos pró-Islão. Poderia até ser estratégia daqueles em cidades ou vilas cuja população fosse maioritariamente cristã (como seriam aquelas duas).

Voltando ao relato de Ibn Idāri, diremos que o cronista árabe provavelmente exagera quando fala da mortandade dos homens e do cativo das mulheres e das crianças. Dificilmente acreditaremos em tanta violência numa cidade e numa região onde temos testemunhos indirectos de convivência pacífica entre cristãos, mouros e judeus.

Não sendo nosso objectivo falar dessa convivência e tolerância recíproca de raças e de religiões na região de Coimbra no séc. XI, não deixaremos de apontar alguns caminhos para a exploração do tema.

Um deles — caminho indirecto, mas nem por isso menos útil — é o da onomástica pessoal. Nos séculos XI e XII são comuns, na região, os nomes híbridos: nomes próprios árabes ou judaicos associam-

se a nomes cristãos e vice-versa. Assim encontramos um Domingos (nome cristão) Soleimas (filho de Sulaymān, nome árabe), um Soleima (nome árabe) Godins (filho de Godinho, nome de origem germânica), um Pedro (nome cristão) Omares (filho de ‘Umar, nome árabe) — e muitos outros. O próprio D. Sesnando, Davides de seu patronímico, tinha um nome misto, pois o de Sesnando é de origem germânica e foi muito usado por cristãos, mas o de David é de origem judaica. A mãe de D. Sesnando chamava-se Susana — nome tão bíblico quanto o de David. Não queremos sugerir que D. Sesnando tinha origem judaica — ainda que isso não se nos afigure impossível. Nem queremos afirmar que tinham ascendência árabe ou berbere todos quantos usavam um nome árabe. Mas, tomada na sua globalidade, esta mistura de nomes parece-nos indicativa de interculturalidades ou miscigenações.

Se passarmos da onomástica à arte, diremos que no Românico de Coimbra, mais do que no de outras regiões de Portugal, são muito visíveis as influências ou inspirações muçulmanas. Assim, na decoração arquitectónica é extremamente rara a figuração humana, mas as figuras animais são naturalistas e pacíficas, sem aquele ar terrífico que se observa em muitos outros “românicos”. Podemos dizer que essa inspiração ou influência é, em Coimbra, um fenómeno de meados ou da segunda metade do séc. XII, posterior ao tempo de D. Sesnando e explicável pela presença de artistas mouros que sabemos terem trabalhado na cidade; mas, como observou Manuel Luís Real (1974: pp. 321-335), é muito provável que essas influências ou esse gosto sejam, em Coimbra, uma tradição de remota origem.

Referiremos ainda, como eventual indicador da comunicação ou contágio de cristãos e muçulmanos, uma interpretação polémica. Falamos da hipótese de Leontina Ventura, que, baseada no testamento de D. Sesnando, sugeriu que o conde teria um harém (VENTURA 2006: p. 42, nota 28). Não parece fácil prová-lo.

Do testamento de D. Sesnando temos duas versões: uma, assinada e datada (LP 19); outra, sem data nem assinaturas (LP 78). É difícil dizer se esta última é apenas uma minuta, ou se corresponde a um outro testamento — e, neste caso, se é anterior ou posterior ao que se acha datado e assinado. As duas versões são quase coincidentes; mas, na que não tem data nem assinatura, lemos algo que não se encontra na outra. Depois de ter contemplado sua filha Gelvira (ou Elvira), a quem deixa, para além de outros bens muito mais importantes, *um alvato grezisco et alio de lana*, o conde escreveu:

et alia alvata que remanserit parciant illo inter Maria que fuit mater de meo filio et inter Justa et Urraca et dent ad eas totas tres CC mecchales abbedis et solvant illas ut vadant ubi voluerint et illas alias mulieres que sunt in mea curte et mihi serviunt dent eis quinquaginta solidis de dinariis per singula capita et ad Baldemiro similiter L^a solidos.

e a outra roupa branca que ficar, dividam-na entre Maria, que foi mãe de meu filho, e entre Justa e Urraca, e dêem a todas três duzentos *mecchales abbedis*, e paguem-lhes de modo a que possam ir para onde quiserem; e às outras mulheres que estão em minha casa e me servem dêem, a cada uma, 50 soldos de dinheiros, e a Baldemiro, igualmente, 50 soldos.

Para Leontina Ventura, as “outras mulheres que estão na minha casa e me servem” seriam as mulheres de um suposto harém (que integraria, aliás, também Maria, Justa e Urraca).

Parece-nos que estas mulheres poderiam ser simplesmente criadas. Baldemiro (que, provavelmente, nada tem a ver com o alvazir de Coimbra no tempo de D. Sesnando, Mendo Baldemires) seria também um criado, talvez de maior confiança ou com mais responsabilidade na casa do conde. Maria, Justa e Urraca seriam (ou teriam sido?) amantes de D. Sesnando? Foram contempladas de forma muito mais generosa que as outras mulheres, com duzentos *mecchales abedis*. Os *mecchales abedis* eram moedas muçulmanas cunhadas pelos Abádidas de Sevilha (LOSA 1983). O nome também se encontra, em documentos do séc. XI, sob a forma *mitqal* ou *mitkal*. No séc. XII foi substituído por *maravedil* ou *morabitino* (MARQUES 1996: pp. 30-31). Num documento de Coimbra, de 1119, fala-se de *unum medkal morabitino* (DP IV 107). Em outros documentos de Coimbra e da época (LP 456, de 1083 e LP 58, de 1086-1091), surgem-nos *meccales de auro*, representando somas consideráveis. Não havendo, no testamento de D. Sesnando, essa especificação *de auro*, poderemos admitir que seriam

de prata? Os *mecchales* de ouro eram o equivalente aos *dinares*. Os *mecchales* de prata (se os havia) seriam equivalentes aos *dirhemes*. O *dinar* valia 10, 13 ou 17 *dirhemes*, consoante a desvalorização que a moeda foi sofrendo. No tempo de D. Sesnando, o *dinar* valia provavelmente 17 *dirhemes*. De ouro ou de prata, os duzentos *mecchales* representariam uma soma considerável.

Seja como for, e mesmo que o conde, casado ou viúvo, mantivesse em sua casa várias mulheres com quem tivesse relações amorosas, parece-nos que dificilmente poderemos falar de um harém ou considerar que a soltura de costumes de D. Sesnando (se acaso ele tinha esse despejo ou despudor) era uma influência muçulmana.

Quanto ao filho que D. Sesnando teve de Maria, seria o que foi sepultado no mosteiro de S. Jorge a par de Coimbra (SANTA MARIA 1668, II: p. 156)?

Apresentadas estas notas sobre caminhos que poderão ser seguidos na investigação da multiculturalidade e miscigenação que terão existido na Coimbra de D. Sesnando, concentrar-nos-emos no que é objectivo principal deste nosso artigo: a reconstituição do espaço físico da cidade e da sua região no tempo do conde (1064-1091).

Coimbra erguia-se entre a serra e o mar. O rio Mondego, a montante, corria apertado entre montanhas; mas logo a jusante da cidade entrava num vasto estuário de águas mansas, com grandes esteiros a norte e a sul (Fig. 1). Ao longo dos tempos, desde o séc. XII, o estuário foi sendo colmatado; mas ainda no século passado, anteriormente à construção da barragem da Aguieira, o leito das grandes cheias inverniais do rio reproduzia a configuração do estuário que existiria no tempo de D. Sesnando.

A cintura das muralhas era ainda a que os Romanos haviam construído, provavelmente nos inícios do séc. IV. A área intramuros era considerável: quase 20 hectares (Fig. 2).

Alguns autores têm julgado esta área improvável, por excessiva, para cidade do Baixo Império. Uns têm datado a muralha de época visigótica; outros, do tempo da primeira reconquista cristã aos muçulmanos (878); outros ainda, do tempo de Almançor, nos finais do séc. X. Se considerarmos a área muralhada improvável para a época romana, temos de considerá-la também inverosímil para qualquer destas outras duas épocas. Devemos ter presente que a muralha de Coimbra não difere substancialmente, em extensão e área, de outras muralhas romanas e medievais do nosso território. Além disso, atendendo à topografia do morro em que Coimbra assentava, não havia grandes alternativas: a muralha corre, em todo o seu percurso, por uma arriba ou escarpa.

Seria, pois, de quase 20 hectares a área da cidade sesnandina. O que não sabemos é se estava densamente construída ou se havia muitos espaços não edificadas. Não sabemos, igualmente, se as casas das famílias mais ricas tinham (ou não) grandes quintais.

A muralha tinha quatro portas: a do Sol, a de Ibn Bodron, a de Belcouce e a de Almedina. Do lado norte não haveria porta, pois a Porta Nova só foi aberta por volta de 1160 (ALARCÃO 2013: pp. 15-17).

A Porta do Sol é referida em documentos de 1087 e 1088 (DC 673 e 714; LP, 349 e 390 A) — isto é, do tempo de D. Sesnando. A primeira referência à Porta de Ibn Bodron surge em 1094 (DC 807; LP 365) — três anos depois da morte de D. Sesnando — mas não temos razão para supor que não existia no tempo do conde. Corresponde provavelmente à Porta de Genicoca ou da Traição, que ainda se representa num desenho de Magne, da época pombalina (Fig. 3).

A porta ocidental da cidade (hoje, Porta de Almedina) ficava, na época romana, no exacto enfiamento da rua de Quebra-Costas. A entrada foi depois deslocada e a porta construída de modo a que o acesso se fizesse em cotovelo. Este modelo, de origem árabe, foi adoptado na arquitectura militar pelos cristãos. Não podemos datar com segurança esta transformação, que tanto pode ser da época sesnandina como do período condal.

A cidade de D. Sesnando tinha certamente um castelo. Mas ficaria ele junto da Porta do Sol ou junto da Porta de Belcouce?

O castelo medieval ergueu-se junto da Porta do Sol. A porta foi reconstruída no tempo de D. Teresa (DR 59). D. Afonso Henriques construiu a torre de menagem e D. Sancho I reforçou-o com uma torre pentagonal. É possível que já no tempo de D. Sesnando existisse aqui um pequeno castelo. Há outro sítio, porém, onde um castelo sesnandino nos parece admissível.

Na área da Estrela, a rua das Esteirinhas e o beco da Amoreira têm um traçado contra-natura porque, em vez de acompanharem as curvas de nível, como quase todas as ruas da parte alta da cidade, vão contra a geomorfologia. É possível que isso se explique pela existência de um castelo (ALARCÃO 2008: pp. 219-220). A sua posição neste sítio seria estrategicamente conveniente, porque teria excelente domínio visual e defenderia a entrada sul da cidade. Era deste lado, pela ponte, que poderiam vir os ataques. Facilmente podemos acomodar aqui um castelo que teria dimensões bem mais amplas do que as do castelo sesnandino de Penela.

Na cidade de D. Sesnando, intramuros, os edifícios mais importantes eram o alcácer, as igrejas e o paço do bispo.

O edifício antigo da Universidade ocupa (mas ultrapassa) o espaço do alcácer ou palácio onde residiria aquele Rando que, em 1064, governava a cidade muçulmana. O alcácer era um vasto quadrilátero quase regular, com cerca de 80 m de lado, provido de torres redondas (CATARINO e FILIPE, 2006). A entrada, fortemente defendida, ficava onde hoje vemos a Porta Férrea do Paço das Escolas. Infelizmente, não podemos reconstituir ou imaginar o que haveria no interior deste recinto — isto é, as construções que se adossariam à muralha. A reconstituição apresentada por António Filipe Pimentel (2005), com uma capela e uma aula palatina (reconstituição que reproduzimos, simplificada, na Fig. 4), deve considerar-se muito duvidosa — ou deve mesmo rejeitar-se. Não há vestígios arqueológicos que confirmem a reconstituição. A planta do séc. XVIII a que o autor recorreu foi interpretada para sustentar o que se pretendia: que já no tempo de D. Sesnando havia na alcáçova uma igreja dedicada a S. Miguel e que esta é a que o conde contempla em seu testamento. Aquela planta não autoriza, porém, a reconstituição proposta. Por outro lado, a inserção da abside no torreão da muralha da alcáçova teria obrigado ao esvaziamento ou desentulhamento daquele — o que, não sendo impossível, não se afigura provável. Finalmente, o telhado da suposta capela impediria a circulação no adarve — o que teria sido um erro estratégico dificilmente admissível.

A alcáçova de Coimbra não seria muito mais vasta que a de Montemor-o-Velho (se bem que seja hipotética a reconstituição desta). Na alcáçova muçulmana montemaiorense haveria uma mesquita, donde procederá o capitel hoje conservado no Museu Nacional de Machado de Castro (BARROCA 2005). A alcáçova de Coimbra teria também a sua mesquita palatina — que D. Sesnando terá destruído ou convertido a outro uso.

Foi certamente na alcáçova que residiu D. Sesnando, depois de ter abandonado uma casa que tinha junto da porta de Almedina.

As igrejas intramuros da cidade sesnandina eram a do Salvador (com referência documental mais antiga em 1064, DC 444, LP 73), a de S. João de Almedina (que D. Sesnando reconstruiu e dotou em seu testamento de 1087, DC 677, LP 19 e 78) (ALARCÃO 2008: pp. 105-107), a de S. Pedro (referida pela primeira vez em 1087, DC 683) e, naturalmente, a Sé (fig. 5).

Segundo a tradição, o rei Fernando Magno, tendo conquistado a cidade, converteu a mesquita em catedral e armou nela vários cavaleiros, entre eles o célebre Cid, o Campeador. Não podemos aceitar a tradição sem sérias reservas — que, aliás, também foram manifestadas por Pierre David (DAVID 1943: p. 17; ALARCÃO 2008: pp. 102-103); mas também não temos argumentos suficientemente convincentes para a recusar definitivamente. Só por meio de escavações arqueológicas se poderá vir a resolver o problema.

Na cidade muçulmana havia possivelmente, para além da mesquita palatina e da mesquita maior, outra(s) menor(es). De nenhuma delas temos notícia ou vestígios arqueológicos. Não sabemos se alguma

delas sobreviveu no tempo de D. Sesnando, para servir as necessidades de culto daquela população islamizada que se terá mantido na cidade.

O antigo forum romano mantinha o seu criptopórtico. Os pórticos teriam desaparecido. No lugar da antiga basílica romana, o bispo D. Paterno, contemporâneo de D. Sesnando, instalou o seu paço. Do lado oriental ficava a igreja que o conde reconstruiu e dotou e que viria a ser, no séc. XII, demolida para dar lugar a outra bem maior. No tempo de D. Sesnando, o lugar era conhecido pela designação de Mirleu (ALARCÃO 2019b: p. 102).

Havia, em Coimbra, casas ricas. Na documentação da época surgem-nos com a designação de *corte* ou *curtis*. Esta última é, certamente, um latinismo. Na expressão oral do tempo, o nome seria corte — ainda que seja duvidosa a pronúncia de então: *côrte* ou *côrte*? Atenta a etimologia (do latim *cohortis*), inclinamo-nos para uma pronúncia *côrte*. O nome sobrevive no português moderno, embora com o sentido de curral ou instalação para o gado, sobretudo suíno.

Nos documentos mais antigos de Coimbra, o nome parece designar pequena propriedade murada, com casa de habitação, anexos e quintal, em área extramuros. Seria o que, no séc. XII, se designaria por *hortus* ou *almuinha*. As palavras, porém, evoluem no seu sentido — e, nos séculos XI e XII, *corte* ou *curtis* é indiscutivelmente uma propriedade intramuros. Como mostrou Leontina Ventura (2006), as “cortes” eram seguramente casas de gente rica.

Infelizmente, a documentação coimbrã não nos permite fazer ideia da área e do aspecto que teriam estas cortes; e também nunca se encontraram vestígios arqueológicos que permitam imaginá-las. Talvez se conservasse ainda, embora evoluído, o modelo romano da casa de peristilo. A colunata ou pórtico romano teria desaparecido e o jardim ter-se-ia transformado num pátio. As casas dos sécs. X-XI de Mértola (*Campo Arqueológico de Mértola*, 2008) podem dar ideia do que seriam as (ou algumas das) casas de Coimbra — ainda que só com muitas dúvidas e cautelas se possam transferir para a cidade do Mondego os modelos da cidade do Guadiana.

Algumas das casas de proprietários muçulmanos terão sido, em 1064, confiscadas. Num documento de 1093 (DC 793, LP 41) refere-se uma corte, junto da igreja de S. Salvador, que D. Sesnando havia doado a Nuno Gondesendes, e alude-se a outras que o conde havia entregado *aliis bonis hominibus*, “a outros homens bons”.

Em 1088, D. Sesnando confirmou ao bispo de Coimbra, D. Paterno, a doação que anteriormente lhe fizera de uma sua residência “acima da porta da cidade” (DC 700, LP 21). Esta porta era certamente a de Almedina. A residência de D. Sesnando deveria ser grande ou ter grande quintal, visto que o bispo havia já construído aí vários prédios (que terão sido casas mais modestas). Delas receberia rendas.

A residência de Mendo Baldemires, alvazil da cidade no tempo de D. Sesnando, seria também casa grande, junto da porta de Belcouce.

Famílias socialmente relevantes viveriam junto da Sé (VENTURA 2006).

Fora de muralhas, na área da actual rua de Corpo de Deus, ficava a Judiaria. Se bem que sejam da década de 1130 os documentos mais antigos que atestam a localização do bairro dos judeus nesta área, é mais do que provável que a judiaria já aí se encontrasse no tempo de D. Sesnando — e até na cidade muçulmana, anteriormente a 1064.

Do que não há indícios na documentação é da mouraria. Devemos excluir, por infundada, a ideia de que houve uma mouraria na área da igreja de S. Cristóvão (ALARCÃO 2008: pp. 95-97).

Se atendermos ao mais do que provável clima de tolerância e convivência de cristãos e mouros que terá existido na Coimbra sesnandina, podemos admitir que a população de origem e crença muçulmanas que terá permanecido na cidade depois de 1064 não foi confinada a uma área em particular.

A vertente norte do morro onde se erguia a cidade era fértil de águas. Havia outras nascentes na encosta de Montarroio. Corriam essas águas, de um lado e do outro, para uma ribeira que descia pelas actuais avenida de Sá da Bandeira e rua de Olímpio Nicolau Rui Fernandes (Fig. 5). Chamava-se a essa linha de água, no séc. XII, *rivulum de Balneis*, “ribeiro dos Banhos” – porque havia uns banhos públicos no lugar onde veio a edificar-se o mosteiro de Santa Cruz. Estes banhos existiam no tempo de D. Sesnando (LS, nº 122, onde se lê *illas balneas... sicut fuit in diebus alvazil domni Sesnandi*), mas haviam sido construídos, provavelmente, no período da dominação muçulmana.

Uma pequena ponte, algures na actual praça de 8 de Maio, permitia atravessar o ribeiro, que depois corria sensivelmente paralelo à rua da Moeda e ia desaguar no Mondego. O curso final deste ribeiro era, pelo menos desde o séc. XII, chamado *runa*. A ponte ainda se mantinha no séc. XVI e só terá desaparecido quando Frei Brás de Braga, Prior-Reformador do mosteiro de Santa Cruz, cobriu a runa no espaço correspondente ao terreiro de Sansão.

Talvez na foz do ribeiro houvesse um porto fluvial. Ficaria aí a *area de alvazil* mencionada em documento de 1091 (LP, nº 343; ALARCÃO 2008: p. 180)? Existiria outro porto junto da ponte – que, no tempo de D. Sesnando, era ainda a que os Romanos haviam construído.

Na baixa que o ribeiro dos Banhos e a runa atravessavam havia várias almuinhas ou hortos. Os dois nomes são sinónimos: um, almuinha (ou *almunia*), de origem árabe (de *munya*); outro, horto, de raiz latina (*hortus*). As almuinhas ou hortos da baixa coimbrã seriam pequenas quintas – propriedades muradas, com casa de habitação e terreno de cultivo. Regadas com água do ribeiro ou extraída de poços (e estes não tinham de ser profundos porque facilmente se alcançava o nível freático), prestavam-se à cultura de legumes, ervas aromáticas, árvores de fruto. Convertida ao feminino “horta”, a palavra ainda se usa no Algarve e ocasionalmente no Baixo Alentejo para designar, não o que hoje vulgarmente chamamos “horta”, mas a pequena quinta com residência e área de cultivo.

Após a reconquista da cidade em 1064, muitas destas quintas da baixa coimbrã, que seriam propriedade de ricos muçulmanos, terão sido confiscadas, pois vamos encontrá-las na posse de D. Susana, mãe de D. Sesnando, na de D. Mendo Baldemires, alvazil da cidade, na da Sé, e, mais tarde, na década de 1130, na de D. Afonso Henriques (ALARCÃO 2008: pp. 160 e 180; ALARCÃO 2013: pp. 24-26). As que eram de D. Afonso Henriques poderiam ser almuinhas que Fernando Magno teria reservado como propriedades régias e que nessa condição se achavam naquela década de 1130.

Numa cidade, é essencial o abastecimento de água. O aqueduto romano (que sobrevive como “Arcos do Jardim”) devia achar-se operacional no tempo de D. Sesnando. Havia um outro, menor, que levava água aos banhos a que nos referimos.

Na baixa de Coimbra erguiam-se as igrejas de S. Cristóvão, posteriormente consagrada a S. Bartolomeu (ALARCÃO 2008: pp. 271-273), e a de S. Cucufate (depois dedicada a S. Tiago).

A igreja de S. Cristóvão havia dado origem a um pequeno núcleo urbano ou *arrabalde*. É possível que outro tanto tenha sucedido com a igreja de S. Tiago. Devemos excluir, porém, a ideia de que a baixa de Coimbra era densamente ocupada no tempo de D. Sesnando. O urbanismo do que hoje chamamos Baixinha, ao contrário do que muitos ainda hoje pensam, nada deve a uma suposta origem muçulmana anterior a 1064. O desenvolvimento desta área da cidade, partindo de alguns poucos eixos que já existiriam no tempo de D. Sesnando, mas que seriam apenas caminhos que levavam ao rio e às quintas a que acabámos de referir-nos, ocorreu só do séc. XIII em diante. Foi a partir desta época que se multiplicaram as ruas e ruelas, progressivamente criando um tecido cada vez mais denso (cujo labirinto aliás se exagera, pois há nesses eixos uma razoável ortogonalidade de que se não apercebe quem hoje percorre as ruas e becos, mas é visível na representação cartográfica).

O mapa da nossa Fig. 6 representa os territórios peninsulares cristãos e muçulmanos no tempo de D. Sesnando. O conde governou o território do Mondego ao Douro. A sul, ultrapassava o rio e incluía

Soure, Penela e Miranda do Corvo. A nordeste ia até Lamego. Não sabemos se Viseu e Seia estariam na jurisdição do conde.

Talvez este vasto domínio não lhe tenha sido atribuído logo em 1064. Poderá Afonso VI ter aumentado a jurisdição territorial do cõsul?

Por morte de Fernando Magno, foi o seu reino dividido pelos filhos, tendo cabido Leão a Afonso VI, a Galiza (com o território actualmente português até ao Mondego) a Garcia, e Castela a Sancho. A vitória de Afonso VI sobre Garcia, em 1071, garantiu àquele rei o domínio da Galiza.

Entre 1065 (ano da morte de Fernando Magno) e 1071, D. Sesnando terá estado, pois, sujeito a Garcia. Depois dessa data, a Afonso VI.

Não temos prova nem indício de que D. Sesnando tenha tentado estender o domínio cristão para além da linha de Soure, Penela e Miranda do Corvo, no sentido de Leiria ou de Tomar, de onde vinham as velhas estradas romanas.

Na *Vida de Martinho de Soure* lemos que D. Sesnando ocupou a vila de Soure e construiu o castelo (NASCIMENTO 1998: pp. 226-227). Em 1089, João e Madreboa deixaram à Sé de Coimbra as terras que tinham na vila e haviam recebido *de mercede de alvazir domno Sesnando*, “por mercê do alvazir D. Sesnando” (DC 719, LP 384). Este João terá sido um daqueles povoadores a quem D. Sesnando doou terras em Soure; de outros a quem o conde, provavelmente, também distribuiu terras na mesma vila não temos, infelizmente, notícia.

O que hoje se designa por “castelo de Soure” foi a casa-mãe dos Templários antes de estes a terem estabelecido em Tomar. É mais do que duvidoso que a casa dos Templários tenha resultado de uma adaptação do castelo sesnandino. Ficaria noutra lugar da vila o castelo de D. Sesnando (ALARCÃO 2019c)?

Os castelos de Penela (BARROCA 1991-1992: pp. 107-109) e Arouce também foram erguidos por D. Sesnando, que, em 1087, doou metade deles à igreja que havia construído em Coimbra (DC 677, LP 19 e 78). Entre as duas vilas, Miranda do Corvo teria também o seu castelo. Não temos atestação documental deste último no tempo de D. Sesnando. Em 998 havia uma “torre” em Miranda (DC 179) e já em 980 se alude ao “território de Miranda” (DC 127), certamente governado a partir dessa “torre”. É mais do que provável que o castelo de Miranda tenha sido um dos muitos que D. Sesnando construiu ou reconstruiu e que, pela maior parte, nos são desconhecidos. A julgar pelas dimensões do castelo de Penela, todos poderiam ser pequenos.

Na margem norte do Mondego, Montemor-o-Velho era povoação importante, também com sua alcáçova (BARROCA 2005). A vila havia sido recuperada em 1034 (trinta anos antes da tomada de Coimbra) por Gonçalo Trastemires e, em 1064, na altura da reconquista de Coimbra, o senhorio de Montemor era, provavelmente, de Paio Gonçalves, filho de Gonçalo Viegas. Era grande a inimizade entre D. Sesnando e Paio Gonçalves (DC 549). Talvez não se tratasse de ódio meramente pessoal, mas familiar. Ambas as famílias tinham propriedades na região (a de D. Sesnando, em Tentúgal) e a inimizade poderia vir de longe. Certo é que, na sequência imediata da conquista de Coimbra em 1064, as propriedades de Paio Gonçalves na área de Montemor e na região do Vouga foram confiscadas (por instigação de D. Sesnando?) (DC 549) e entregues a Diogo Trutesendes e a seu filho Mendo Dias, que nesse mesmo ano de 1064 governavam (ou passaram a governar) o território de Santa Maria (Feira) (MATTOSO 1994: pp. 226-227).

Fernando Magno não terá dado Montemor a D. Sesnando. Temos notícia de que a entrega foi feita por Afonso VI (LP 49), provavelmente em (ou depois de) 1073. O castelo, segundo o documento citado, teria ficado ao abandono durante sete anos e ter-se-ia convertido numa selva e covil de feras. Se parece difícil aceitar que uma posição tão importante como Montemor tenha ficado ao abandono, a verdade é que isso pode explicar a construção do (ou o investimento no) castelo, muito vizinho, de Santa Eulália. Ficava

este num morro hoje chamado de Santa Olaia (evolução de Eulália), que havia sido feitoria fenícia e cuja ocupação medieval está atestada por materiais arqueológicos, designadamente moedas de Afonso VI (NAZARÉ 2013). As cerâmicas medievais aí recolhidas inserem-se, pelas suas características, num período que vai do séc. IX ao XIII. Estes devem considerar-se, porém, como limites máximos possíveis. A falta de registo estratigráfico rigoroso na recolha dos materiais e a amplitude cronológica dos tipos identificados não permitem fixar de modo mais preciso o intervalo da ocupação; mas documentos confirmam que o castelo existia em 1087 (LP 19), que foi atacado pelos muçulmanos em 1116 (*Scriptores*: 11) e que foi doado por D. Teresa ao conde Fernando Peres de Trava em 1122 (DR 63).

O que o citado documento do *Livro Preto* (LP 49) designa por *castellum* de Montemor (e no interior do qual foi erguida a igreja de Santa Maria, BARROCA 2000, nº 43) não seria exactamente um castelo, mas uma alcáçova de origem muçulmana? Ora esta pode ter ficado alguns anos abandonada. Não sete anos, exactamente — pois “sete” seria um número convencional para designar muitos anos. A restauração do “castelo” de Montemor poderá ter tido lugar entre 1073 e 1080. Naquele ano, como dissemos, poderá ter D. Sesnando recebido Montemor de Afonso VI e ter distribuído terras a seus *fideles*. Um deles terá sido o presbítero Vermudo, que edificou a igreja de Santa Maria da Alcáçova, talvez entre 1073 e 1080.

O castelo de Penacova existia em 1036 (DC 290), mas não sabemos que importância terá tido no tempo de D. Sesnando.

Os mosteiros maiores da região de Coimbra na época do conde foram os de Lorvão e da Vacariça. Não nos referiremos aqui à história nem de um nem do outro, mas não deixaremos de chamar a atenção para o papel que tiveram no povoamento da região de Coimbra. A “notícia” dos bens pertencentes ao mosteiro da Vacariça redigida em 1064 (DC 444; LP 73) é um exemplo sobrevivente de (muitos?) outros inventários que o rei Fernando Magno deve ter ordenado, na sequência imediata da conquista de Coimbra, como elemento necessário às confirmações ou confiscos a que terá procedido.

No nosso mapa da Fig. 1 marcamos os lugares documentalmente atestados antes de 1064 e os que pela primeira vez nos surgem em documentos do tempo de D. Sesnando. Destes últimos, alguns poderiam existir já em 1064 — pois o facto de não haver documentos que garantam a sua existência não é prova de que só tenham surgido no tempo do conde.

Só relativamente a S. Martinho (do Bispo) temos prova documental de que se trata de póvoa fundada no tempo de D. Sesnando. Em 1080, o conde afirma ter concedido a “herdade” ao abade Pedro, vindo da “terra dos pagãos” (DC 581, LP 28). A concessão da herdade foi seguramente anterior a 1080, visto que já em 1079 tinha sua igreja (ALARCÃO 2004: pp. 119-120).

Do nosso mapa poderá depreender-se que não houve, no tempo de D. Sesnando, grande crescimento populacional da área entre Penacova e o mar, e entre Soure e Penela, a sul, e Sepins, a norte. Devemos abster-nos, porém, de tirar apressadamente tal conclusão. Primeiro, porque podem ter sido fundadas aldeias só documentalmente atestadas depois de 1091. Segundo, porque pode ter havido imigração para aldeias já existentes. Terceiro, porque pode ter existido povoamento não agrupado, isto é, casais dispersos. Se, por estas razões, devemos ser prudentes, não podemos esquecer, por outro lado, que os vazios da nossa carta correspondem, em grande medida, a zonas paludosas ou arenosas que não terão atraído povoadores. Talvez o mapa, afinal, nos dê imagem, nem falsa nem muito incompleta, do que seria a região que a cidade de Coimbra directamente dominaria à morte de D. Sesnando. Soure, Penela, Miranda do Corvo, Penacova, Montemor, Tentúgal e Cantanhede poderiam ser as vilas principais da área.

A vila de Tentúgal tem sido apresentada como lugar de nascimento de D. Sesnando. A ideia assenta no testamento do conde, que deixa à Sé de Coimbra *medietatem de villa Tentugal que fuit de hereditate parentorum meorum*, “metade da vila de Tentúgal, que foi herança de meus pais”. Do facto de os pais de Sesnando serem senhores de Tentúgal não se deduz, porém, necessariamente, que ele tenha nascido aí: os pais poderiam ter residências também em Coimbra, em Montemor ou noutros lugares. A casa que D. Sesnando tinha na cidade junto da porta de Almedina teria sido residência da família?

Tem-se também suposto que D. Sesnando foi feito prisioneiro em 1026, quando os muçulmanos retomaram Montemor e a região envolvente, e que foi então levado para Sevilha (COSTA 1979: pp. 546-547). As crónicas leonesas repetem a informação de que foi preso por Benahabet, “rei da Bética” e levado para Sevilha, tendo depois caído nas boas graças do emir, que lhe terá consagrado mais afecto que a qualquer outro seu súbdito. Este Benahabet foi Muhammad b. Isma’il b. ‘Abbad (1023-1042). Mas deveremos acreditar nesta versão? Se D. Sesnando tivesse sido feito prisioneiro, seus pais, que eram gente rica, não o teriam resgatado? Será que D. Sesnando foi por vontade própria (ou pela de seus pais) para Sevilha, a fim de ser aí educado?

Seja como for, a longa estadia de D. Sesnando em Sevilha, na sua juventude, não sofre dúvidas. Aí terá adquirido uma cultura e hábitos que o terão marcado para toda a vida. Longe de ter ficado a odiar os muçulmanos, terá aprendido a estimá-los; e na cidade de Coimbra, capital do condado que Fernando Magno lhe atribuiu e Afonso VI lhe confirmou, terá tido uma atitude de tolerância. Nem radicalmente cristão nem convertido ao Islão, terá sido o mais ilustre moçárabe da nossa história.

Remataremos pondo uma questão: por que motivo D. Sesnando não pensou (ou não tentou) estender o território cristão para sul, para além de Soure e de Penela? Por razões político-militares, isto é, porque não tinha forças suficientes para tentar a conquista de Tomar, Santarém e Lisboa? E porque, do outro lado, os Aftássidas de Badajoz eram suficientemente fortes para resistirem e vencerem? Porque D. Sesnando estava sujeito a Afonso VI e a estratégia deste privilegiava a expansão na área do médio Tejo?

Talvez o não avanço do conde se explique por um acordo diplomático que terá traçado, por Soure e Penela, um paralelo territorial que cristãos e muçulmanos se terão comprometido a não ultrapassar. Talvez esse acordo se tenha justificado não exactamente por equilíbrio de forças militares, mas por um desejo de convivência e de relações pacíficas. Em 1088, D. Sesnando autorizou o bispo D. Paterno, que então se achava doente, a ir tratar-se em terra de cristãos ou mouros (DC 700, LP 21). O bispo terá morrido sem ter chegado a procurar remédio em algum sítio; mas o documento sugere que admitia ir tratar-se a terra de muçulmanos e não receava ser aí preso ou mal tratado.

Na sequência da morte de D. Paterno, D. Sesnando terá tentado, sem êxito, impor um bispo moçárabe — o famoso *bispo negro* que a lenda (ou uma canção de gesta) atribuiu ao tempo de D. Afonso Henriques. Aqui poderão ter começado algumas divergências entre o cônsul e a corte de D. Afonso VI. O bispo designado por D. Sesnando (D. Martinho Simões?) ter-se-á apresentado no concílio de Husillos, reunido em Março ou Abril de 1088, mas não terá sido aceite por oposição do arcebispo de Toledo e do próprio Afonso VI. Abriu-se um contencioso e a Sé ficou sem bispo confirmado até 1092. Em Maio deste ano, falecido já D. Sesnando, foi D. Crescónio finalmente sagrado bispo de Coimbra pelo arcebispo de Toledo, acolitados pelos de Tui e Orense (ALARCÃO, no prelo).

Se entre D. Sesnando e o emir de Badajoz se estabeleceu um *modus vivendi* pacífico e tolerante, a situação mudaria a partir de 1093, quando os Almorávidas tomaram o reino dos Aftássidas. À *jihad* ou guerra santa iniciada pelos Almorávidas respondeu o mundo cristão: em 1095 o Papa Urbano II pregou a 1ª Cruzada. Na corte de Afonso VI, os franceses tinham ganho favor e influenciavam a política. Para eles, os moçárabes eram gente desviada de correcta vida e de ortodoxa religião. O tempo da coexistência tolerante tinha passado. D. Sesnando, porém, já não era deste mundo. Tinha falecido em Agosto de 1091 e sido enterrado no cemitério da Sé. Não assistiu, pois, ao agravamento do conflito, em Coimbra, entre defensores do rito moçárabe e defensores do rito cluniacense. Até que ponto este conflito, aumentado pela chegada de franceses no tempo dos condes D. Raimundo e D. Henrique, afectou a sociedade coimbrã na sua generalidade já não é matéria deste nosso estudo.

BIBLIOGRAFIA

- AILLET, Cyrille (2010), *Les mozárabes. Christianisme, islamisation et arabisation en péninsule ibérique (IX-XII^e siècle)*. Madrid: Casa de Velázquez
- ALARCÃO, Jorge de (2004), In território Colimbrie: *lugares velhos (e alguns deles, deslembrados) do Mondego*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia
- ALARCÃO, Jorge de (2008), *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade
- ALARCÃO, Jorge de (2013), *A Judiaria Velha de Coimbra e as torres sineiras de Santa Cruz*. Coimbra: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto
- ALARCÃO, Jorge de (2019a), *Do Douro ao Mondego. De Fernando Magno a Almançor*. Coimbra: Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património
- ALARCÃO, Jorge de (2019b), “Notas de Arqueologia, Epigrafia e Toponímia, VIII”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 22, Lisboa, pp.101-116
- ALARCÃO, Jorge de (2019c), “Para a história de Soure, das origens ao séc. XII”. *Anais Leirienses—estudos e documentos*, 2, Leiria, pp. 27-49
- ALARCÃO, Jorge de (no prelo), “D. Sesnando e o Bispo Negro”. Trabalho entregue para publicação em *Arquivo Coimbrão*
- BARROCA, Mário Jorge (1990-1991), “Do castelo da Reconquista ao castelo românico (Séc. IX a XII)”. *Portvgalia*, Nova Série, 11-12, Porto, pp. 89-136
- BARROCA, Mário Jorge (1996-1997), “A Ordem do Templo e a arquitectura militar portuguesa do século XII”. *Portvgalia*, Nova Série, 17-18, Porto, pp. 171-209
- BARROCA, Mário Jorge (2000), *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia
- BARROCA, Mário Jorge (2005), “O castelo de Montemor-o-Velho nos séculos X a XIII”. In Mário Jorge BARROCA e Isabel Cristina F. FERNANDES (coords.), *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela; Porto: Faculdade de Letras do Porto, pp. 111-126
- CATARINO, Helena e FILIPE, Sónia (2006), “Madinat Qulumbriya: arqueologia numa cidade de fronteira”. In GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (coord.), *Al-Andalus, espaço de mudança. Balanço de 25 anos de história e arqueologia medievais. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 73-85
- COELHO, Maria Helena da Cruz (2005), “Nos alvares da história de Coimbra — D. Sesnando e a Sé Velha”. In *Sé Velha de Coimbra. Culto e Cultura*. Coimbra: Catedral de Santa Maria de Coimbra, pp. 11-39
- COELHO, Maria Helena da Cruz (2013), *O município de Coimbra: monumentos fundacionais*. Coimbra: Câmara Municipal e Imprensa da Universidade
- COSTA, Avelino de Jesus da (1979), “Sesnando”. In *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel SERRÃO. Lisboa: Iniciativas Editoriais. Vol. V, pp. 546-547
- DAVID, Pierre (1943), *A Sé Velha de Coimbra*. Porto: Portucalense Editora
- DAVID, Pierre (1947), *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècles*. Paris: Les Belles-Lettres; Lisboa: Livraria Portugalíá Editora
- DC = *Portugalíae Monumenta Historica. Diplomata et chartae*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1867-1873
- DP IV = *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1980
- DR = *Documentos medievais portugueses. Documentos régios, I*. Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958

- FERNANDES, Paulo Almeida e REAL, Manuel Luís (2020), “A construção e as artes ao tempo de D. Sesnando (Parte 1)”. *Portvgalia*, Nova Série, 41, Porto, pp. 123-168
- LOSA, António (1983), “A moeda entre os moçárabes nos séculos X e XI”. *Revista de Guimarães*, 93, Guimarães, pp. 219-229
- LP = *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*. Edição crítica. Texto integral (com direcção e coordenação editorial de Manuel Augusto RODRIGUES e direcção científica de Avelino de Jesus da COSTA). Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999
- LS = *Livro Santo de Santa Cruz*. Lido e anotado por Leontina VENTURA e Ana Santiago FARIA. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1990
- MAÍLLO SALGADO, Felipe (1993), *La caída del califato de Cordoba y los reyes de taifas*. Salamanca
- MARQUES, Mário Gomes (1996), *História da moeda medieval portuguesa*. Sintra: Instituto de Sintra
- NASCIMENTO, Aires Augusto do (1998), *Hagiografia de Santa Cruz*. Lisboa: Colibri
- NAZARÉ, Maria João Vicente (2013), *Cerâmicas medievais de Santa Olaia (Figueira da Foz) depositadas no Museu Municipal Dr. Santos Rocha*. Coimbra (Tese de mestrado, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra)
- PIEL, Joseph Maria e KREMER, Dieter (1976), *Hispano-gotisches Namenbuch*. Heidelberg: Carl Winter-Universitätsverlag
- PIMENTEL, António Filipe (2005), *A morada da Sabedoria. I. O Paço Real de Coimbra das origens ao estabelecimento da Universidade*. Coimbra: Livraria Almedina
- REAL, Manuel Luís (1974), *A arte românica de Coimbra. Novos dados – novas hipóteses*. Porto (Tese de licenciatura, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras do Porto)
- ROSA, Maria de Lurdes (2000), “A religião no século: vivências e devoções dos leigos”. In *História Religiosa de Portugal* (direcção de Carlos Moreira Azevedo). Vol. I. *Formação e limites da Cristandade*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 423-444.
- SANTA MARIA, Frei Nicolau de (1668), *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha Santo Agostinho, II*. Lisboa: Oficina de Joam da Costa
- Scriptores = Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1856
- VENTURA, Leontina (2006), “As cortes ou a instalação em Coimbra dos *fideles* de D. Sesnando”. In *Estudos de homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. III. Porto: Faculdade de Letras do Porto, pp. 37-52.

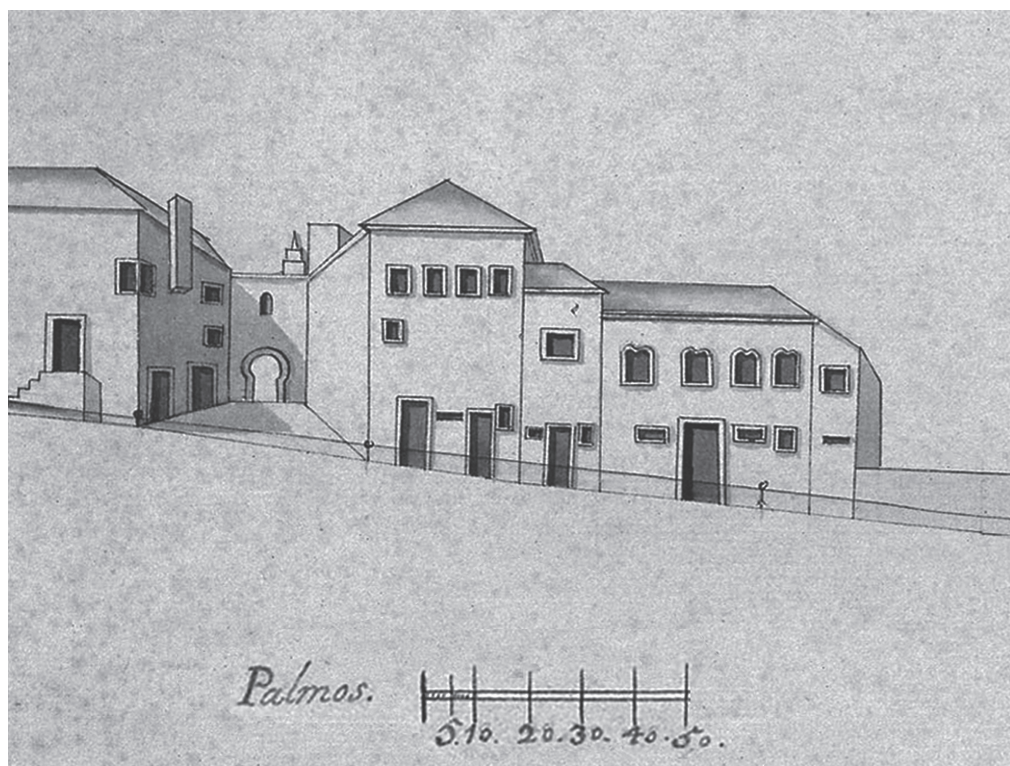


Fig. 3: Porta de Genicoca ou da Traição segundo desenho de finais do séc. XVIII.

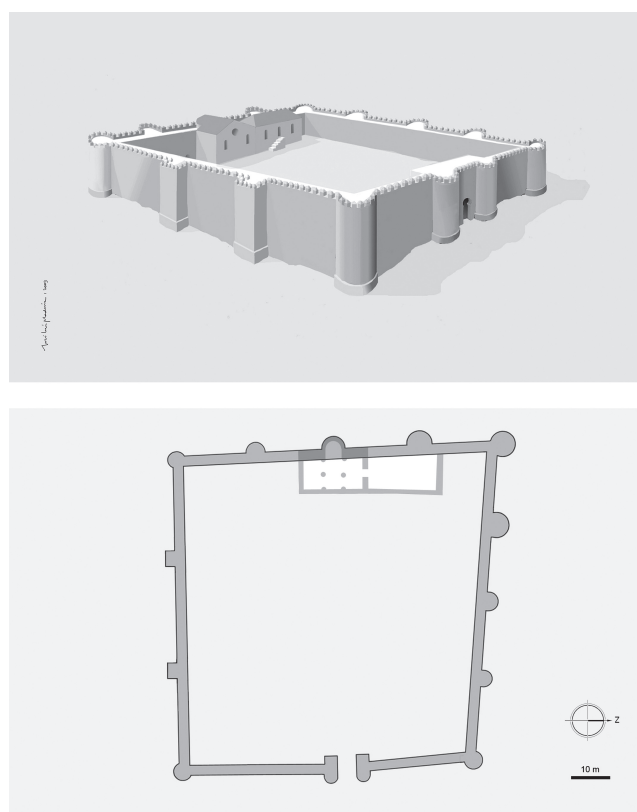


Fig. 4: Planta e vista perspectivada do alcácer de Coimbra no tempo de D. Sesnando segundo António Filipe Pimentel.

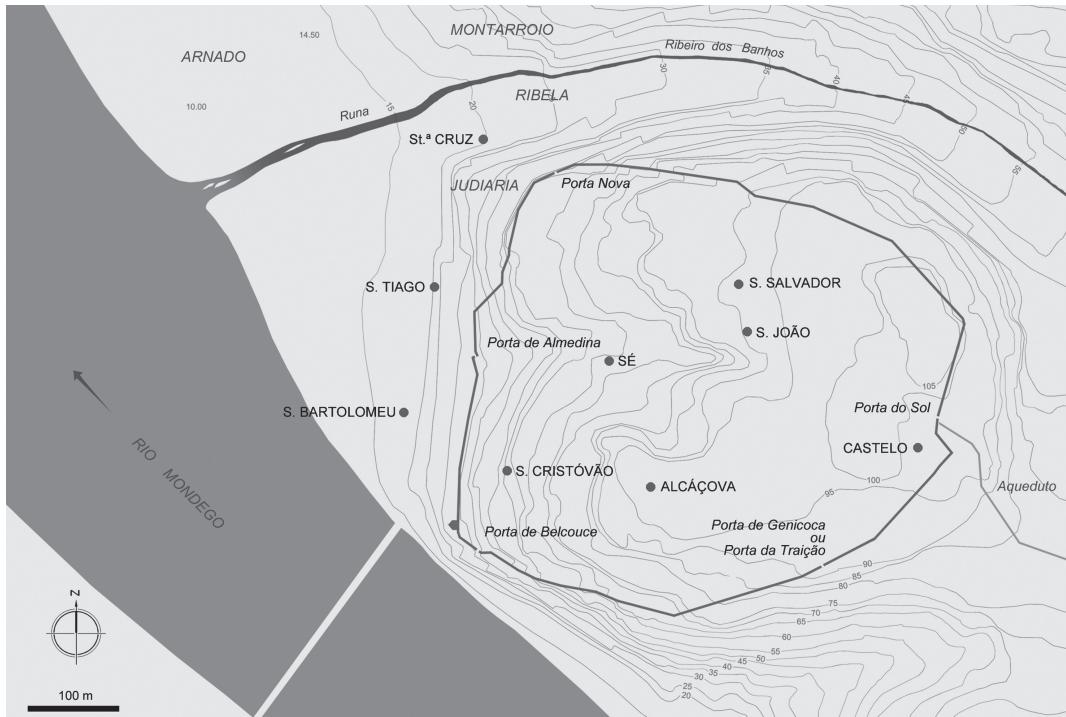


Fig. 5: Localização das igrejas de Coimbra no tempo de D. Sesnando.



Fig. 6: Mapa dos territórios cristãos e muçulmanos no tempo de D. Sesnando.